

O QUE ERA ANCHIETA?

Beatificado pelo papa João Paulo II, o padre José de Anchieta – o “Pai do Brasil” – tem sua imagem reconstruída em análise de historiador e psicólogo

Anchieta não era o santo humanista que desejariam o fosse, mas fez milagres de poeta perpetrados pela beleza de seus versos, arma mágica.

Anchieta, por ter sido transformado em metáfora sobrenatural, não era o homem que nasceu em San Cristobal de la Laguna, ilha de Tenerife, arquipélago espanhol das Canárias, em 19 de março de 1534, nem o que morreu em Reritiba, hoje Anchieta (ES), em 9 de junho de 1597. Magos, boatos e lendas não têm começo nem fim. Meio ou meios, sim. Teria sido ele Merlin?

Anchieta não era, mesmo sendo, o que houve no meio: poeta adolescente que chegou ao Brasil aos 19 anos de tuberculose em busca da cura do paraíso tropical. Pois a mão divina já o havia curado antes mesmo de adoecer. Os nativos não foram abençoados com essa sorte: por não terem anticorpos contra doenças inofensivas para os europeus, morriam aos milhares de doenças transmitidas por eles.

Anchieta não era o mago Merlin que invocou prodígios e rogou maldições na luta contra os franceses e os aborígenes. E, de tanto se saber desumano, ofereceu-se para permanecer como refém dos tamoios em Iperoig, ali ficando a plantar milagres até que foi conseguida a paz entre portugueses e silvícolas. Para maior encanto de todos, enquanto preso, criou do nada “De Beata Virgine dei Matre Maria” (“Da Meata Virgem Maria Mãe de Deus”). Conhecido como o “poema à virgem”, sua obra-primorosa narra a vida de Maria, mãe de Jesus, em 5.786 versos. Sem papel para si, escreveu-o nas areias da praia e o memorizou graças a sortilégios mnêmicos.

Anchieta não era um defensor dos índios e, em “De Gestis Mendi de Saa”, narra os feitos de Mem de Sá, louvando o assassinato das tribos inimigas, a destruição de aldeias e a devastação de plantações. Seus versos demonstram e documentam a participação jesuítica na elaboração de uma ideologia justificadora e apologética do extermínio dos aborígenes e dos objetivos do projeto colonial português.

Anchieta não era o “língua” benévolo de que falamos. Melhor seria se o chamássemos de domador de idiomas. Escolhidas como um dos principais pontos

de ataque, os inúmeros dialetos indígenas foram substituídos por uma só “língua geral”, baseada no tupi, que foi reduzido a regras explicitadas na “Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil”, publicada em 1595, de sua autoria. A gramaticalização do tupi se constituiu, de fato, em um aprisionamento da liberdade de expressão linguística nativa em códigos opressores que os jesuítas se encarregaram de impor até mesmo às tribos que não empregavam o tupi. Comeu-se da árvore do bem e do mal e começou a haver o certo e o errado. Bem-sucedidos na imposição de uma só língua geral, o trabalho de dissolução cultural pôde prosseguir com facilidade.

Anchieta era o destruidor de deus e o apologista de falsos mitos. Porque o verdadeiro deus do gentio era Jurupari, ainda hoje uma entidade encontrável nos terreiros da umbanda brasileira. Os pajés, abominados pelos jesuítas, eram intermediários entre Jurupari e os homens — e não entre Tupã e os homens.

Compreendemos, então, as doze peças de Anchieta, oito das quais estrearam e se passam no Espírito Santo. São autos de circunstância — inspirados formalmente em Gil Vicente e, contextualmente, nos costumes indígenas — a serviço de um teatro popular com finalidades catequéticas. Embalados pela ideologia contrarreformista, seu objetivo era impressionar e deslumbrar sensorialmente o público por meio do texto e dos truques da montagem, transformada em um grandioso show em que se empreendia a crítica dos costumes indígenas e a apologia da vitória dos valores cristãos.

O brilhantismo de Anchieta logo deve ter percebido o gosto indígena pelo canto, pela dança, pela festa e pela música. Como forma de atrair o gentio para as encenações catequéticas, introduziu coreografia, canto e música em seus textos, propositadamente estruturados de modo a parecerem familiares aos nativos. Uma vez levados ao local da montagem, porém, os costumes dos aborígenes se transformavam em atos que, pratica-



dos pelos diabos da peça, eram veementemente condenados. Paralelamente, os mitos indígenas não desejáveis eram convertidos em personagens demoníacos, destino que se reservava também para os invasores franceses e para os silvícolas hostis aos portugueses.

Anchieta não era o dramaturgo, o diretor e o ator de seu eu que destruiu na lavagem cerebral dos “exercícios espirituais” inicianos. Apesar disso, foi o pai do teatro brasileiro.

Anchieta não é o vazio do homem enterrado no Palácio Anchieta. O destino de seu corpo foi o de ser esartejado pela eternidade até o pó do esqueleto alcançar a paz da ausência.

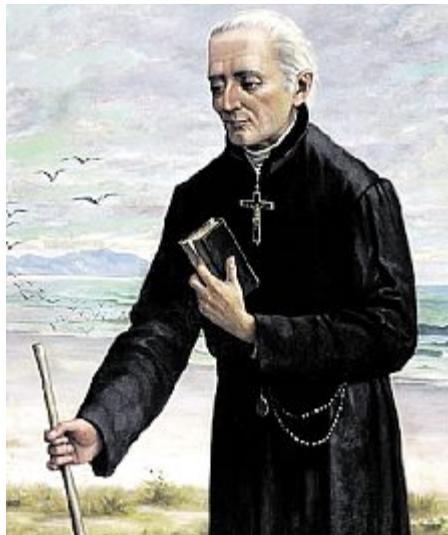
Ele não era o santo humanista que a ideologia construiu. Toda sua obra se insere numa estética pré-barroca, nascida da contrarreforma, cuja função maior é infundir o temor a Deus, por meio de uma técnica que encanta hipnoticamente os sentidos e faz calar a racionalidade. O amor surge do temor e os inimigos da Igreja serão mortos ou na vida terrena ou pelas chamas do inferno. Jamais o gesto belíssimo de oferecer a outra face, pregado pelo verdadeiro Cristo, é posto em prática.

E quem era Anchieta, então? Ninguém sabe. Nem ele mesmo, que nós desconhecemos. Se não sabemos quem somos nós, nem quem é o próximo com quem convivemos, como saber o que era ele? Em que coisa foi transformado? No histórico? Mas o histórico não é o real.

O real é o impossível de todos os momentos e espaços e tempos justapostos numa observação onipresente. Se o real fosse possível, qualquer coisa seria a mesma coisa para a onipresença, na variante renata. Há uma resistência ao tempo que a maturidade ensina. E haverá o mesmo espaço? Pois não é da matéria do século XX destruído que se construirá o século XXI futuro? E quanto ficará de real na memória? Era uma Outra, a História, tão impossível e inalcançável quanto tocar as estrelas de uma só vez. E se a lenda soa melhor do que a história, imprima-se a lenda e esqueça-se a história. Sim, a história, pois a verdade é irredutível a priori.

Qualquer coisa é a mesma coisa. E quem melhor inventar, melhor inventado ficará. >

FOTOS: REPRODUÇÃO



O “Apóstolo do Brasil”, um dos fundadores de São Paulo, veio para o Brasil participar do extermínio cultural indígena a que deram o nome de evangelização

> Daí que ele não era quem, e sim que.

Não um santo: uma máquina de santificar.

Não um escritor: uma obra.

Não um dramaturgo ou encenador: uma peça vista por bobos sábios cientes de que não significa nada. E, portanto, peça fundamental da máquina da ideologia que o converteu em demiurgo.

Mas nem demiurgo: um milagre que transforma nossos corações e nos eleva aos céus. Pela beleza que translucidesce de seus gestos, não realizados, porém sobreviventes no inconsciente coletivo da nação que o acatou como grande pai

em sua paixão pela mãe-terra brasilis.

Pois fomos transformados, no século XVI que o habitava, em ilha de Vera-Cruz. Na ironia errônea dessas palavras insulares, a vera verdade é a cruz que todos levamos, atlânticos, nos ombros.

Suportamos o mundo.

Anchieta foi esculpido para ser o pai espiritual — como diz o epíteto “Apóstolo do Brasil” — de uma nação inexistente. Que, nesse sentido, dele carecia para cumprir seu papel fragmentário no mosaico da demanda social de um “pai da pátria”. De tanto não o ser, acabou sendo.

Voltemos ao momento do parto, do nascimento do Estado brasileiro. Tudo fica

claro-sangue e o século XVI incha como o útero de uma mãe-terra prestes a dar à luz a um monstro gerado sem a participação paterna. Sim, o Brasil nasce por clonagem, sem o pai que caracteriza o surgimento de qualquer Estado: o povo.

Homem-mor do colonialismo português no Brasil, José de Anchieta foi um ponto por onde todas as retas culturais do século XVI não podiam deixar de passar. Nenhum olhar de águia é necessário para unir seu projeto catequético à guerra oculta, subterrânea e não declarada de tomada do pré-Brasil aos índios. Anchieta tornou-se o principal articulador dessa guerra, no que ela teve de psicológica, graças ao

poder de persuasão de suas peças, de suas palavras e de sua conduta. Herói sim, mas do colonialismo português, não dos índios: “Infeliz do país que precisa de heróis”, alertava Brecht.

Na ausência do povo, pai do Estado, Anchieta foi um dos modelos/moldes de DNA escolhidos para a operação de clonagem que, preenchendo essa lacuna, procurou construir o herói-símbolo de sua era: foi um dos “pais da pátria”. Houve outros. Nenhum como ele.

Anchieta foi o pai do Brasil. Anchieta foi o nosso pai!

Se queremos ser bons édipos, devemos matá-lo imediatamente! ●